



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SEDE/DAPC - Diretoria de Arranjos Produtivos Locais e Cooperativismo

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO - 2025

Data: 05/08/2025

Horário: 14:00 às 16:00

Local da Reunião: Plataforma Teams

Pauta:

- I - Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária de 2025;
- II - Atualização das ações relativas às demandas;
- III –Levantamento de novas demandas;
- IV Informes

Aos cinco dias do mês de agosto de 2025, às quatorze horas, realizou-se, por meio de videoconferência, a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cooperativismo – CECOOP, no exercício de 2025, conforme convocação prévia.

A reunião foi aberta pela Sra. Juliane Oliveira, que, após a verificação do quórum mediante registro de presença via QR Code e a aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária pelos conselheiros presentes, convidou o presidente do Conselho, Sr. Bruno Araújo, para proceder à abertura oficial da sessão.

Na sequência, a Sra. Juliane apresentou as demandas em pauta. A primeira tratou do ramo da agropecuária, especificamente acerca do registro dos saberes e ofícios da produção cafeeira como patrimônio cultural de Minas Gerais. O tema contou com a participação do Sr. Adriano Maximiano, Diretor de Proteção e Memória do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais – IEPHA/MG, que atualizou os conselheiros sobre o andamento do projeto. Informou-se que o projeto “Registro dos Saberes e Ofícios da Produção Cafeeira de Minas Gerais como Patrimônio Cultural Imaterial” precisou ser reprotocolado na Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais, em razão de a comissão de análise ter considerado que a inscrição inicial havia sido realizada em área cultural distinta da adequada. A reinscrição foi efetuada no início de junho, atendendo à solicitação, e encontra-se, no momento, em nova fase de análise.

Em seguida, foi discutida a demanda relativa aos emolumentos de cédulas de crédito vinculadas a operações rurais, apresentada pelo Sr. Francisco Simões, representante do Sistema FAEMG. O tema foi avaliado de forma positiva, tendo sido destacadas as principais melhorias conquistadas para os produtores rurais com a aprovação da Lei nº 25.367/25 (derivada do PL nº 3.211/2024), que reduziu significativamente as taxas cartoriais incidentes sobre operações de crédito rural e agroindústrias. Entre os pontos relevantes, mencionaram-se:

redução do valor de acréscimo por faixa, de R\$ 3.214,00 para R\$ 2.095,00 (a partir da segunda faixa); redução do teto de 300 para 100 faixas (queda de 66%); extensão do desconto de 50% ou 75% também para imóveis urbanos, antes restrito apenas a imóveis rurais; ampliação do desconto para 75% nas operações de penhor e alienação fiduciária de bens móveis para todos os produtores (antes limitado a 50%, exceto no caso da agricultura familiar); concessão de descontos às cédulas guarda-chuva, desde que

uma das operações envolvidas seja de crédito rural; isenção total de taxas cartoriais a partir da terceira garantia em operações de crédito; inclusão das agroindústrias que possuam atividade primária na lista de beneficiárias dos descontos. Na sequência, foi tratada a demanda do ramo saúde, que abordou os seguintes pontos: interoperabilidade de dados epidemiológicos; terapias de alto custo; sistematização do cuidado assistencial em doenças raras; judicialização da saúde; além do compartilhamento de dados epidemiológicos. Informou-se que está em fase de elaboração a minuta de um acordo de cooperação técnica, tendo sido realizada reunião no dia 31 de julho, com representantes do ramo, para atualização quanto ao andamento das referidas ações.

Posteriormente, discutiu-se a demanda do ramo crédito, referente à transferência de recursos do Governo de Minas para as prefeituras onde cooperativas possuem estrutura física. Foi destacado o potencial de capilaridade do Sistema Cooperativo de Crédito Nacional (SCNN), presente em 706 municípios mineiros, superando a rede de bancos públicos e privados. Ressaltou-se, ainda, a relevância da parceria histórica com o Governo de Minas na arrecadação de tributos, como o IPVA (estimado em mais de R\$ 2 bilhões), e na execução de políticas públicas.

Nesse contexto, foi apresentada a proposta de que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) autorize que os repasses do IPVA (30% destinado aos municípios) e demais transferências estaduais (como ICMS e outras) possam ser realizados diretamente nas contas das prefeituras que optarem por receber os valores por meio do Sicoob, ampliando a inclusão financeira, a capilaridade dos serviços bancários e fortalecendo a parceria entre o Estado, os municípios e as cooperativas financeiras. Observou-se que, atualmente, tais repasses são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil, que possui presença física em apenas 319 municípios do estado. Argumentou-se que a mudança traria benefícios adicionais, como o fortalecimento da inclusão financeira de municípios menores, a ampliação do acesso a financiamentos do BDMG e a garantia de serviços financeiros a aposentados, pensionistas, produtores rurais e empresários locais.

Por fim, houve apenas um informe de caráter comunicativo sobre a participação do Vice-Governador de Minas Gerais, Professor Mateus Simões, e da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa, no 103º Dia Internacional do Cooperativismo, realizado em 24 de julho, no Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte. O evento celebrou a força do cooperativismo e ressaltou sua importância para o desenvolvimento econômico e social do estado. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata.

Demandas alinhadas durante a sessão:

- Realizar reunião com IEPHA para tentar viabilizar parcerias em prol do reconhecimento dos cafezais;
- Elaboração da minuta do acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre a SEE X OCEMG, para compartilhamento de dados;
- Agendar reunião com a Secretaria de Estado de Fazenda de MG para demanda do ramo crédito.
- Reunião com a Secretaria de Estado de Saúde de MG para demanda do ramo saúde.

Participantes:

Bruno Araújo

Camila Chagas Rabello

Diogo Melo Franco

Marco Gaspar

Garibalde Mortoza Junior

Alexandre Gatti Lages

Evaldo Moreira de Matos

José Ailton Junqueira de Carvalho

Marcela Amorim Brant
Geraldo Magela da Silva
Silvestre Dias
Getúlio Gomes Vieira
Felipe Paschoal de Moura
Laura Gama dos Santos Mangualde
Samir Colozio Melles
Guilherme Rabelo
Maria das Mercês Quintão Fróes
Juliane Oliveira de Miranda

Referência: Processo nº 1220.01.0000542/2025-37

SEI nº 120733641